

TER



(D)

MST

Rua Ministro Godoy, 1484
05015-900 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 864-8977
Fax: (011) 871-4612
E.mail: semterra@ax.apc.org

São Paulo, 11 de abril de 1996

15 ABR 1996
Setor de Documentação

As Entidades de Defesa dos Direitos Humanos

Caros companheiros(as),

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, através desta, vem, à presença de V.S. informar e solicitar vossas manifestações junto ao Governo do Estado de Minas Gerais e ao Presidente da República, pelos fatos e motivos abaixo expostos.

Conforme pode-se observar nas matérias dos jornais anexos, a Polícia Militar do estado de Minas Gerais, que está sob o comando direto do Governador, criou dois instrumentos com a finalidade única de atacar os trabalhadores rurais sem terra, nas manifestações organizadas pelo MST.

A utilização destes instrumentos pela Polícia Militar fere a dignidade humana.

A Constituição Federal brasileira, em seu 5º, inciso III, assegura que "ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante".

Ainda, a Convenção Americana para Prevenir e Punir a Tortura, assinada em Cartagena das Índias, Colômbia, em 9 de dezembro de 1985, da qual o Brasil é signatário, em seu artigo 1º, estabelece que "Os estados Partes obrigam-se a prevenir e a punir a tortura, nos termos desta Convenção. O Brasil é um dos Estados Parte na Convenção. Ainda, a Convenção citada, em seu artigo 2º, estabelece que "entende-se-á por tortura todo ato pelo qual são infligidos intencionalmente a uma pessoa penas e sofrimentos físicos ou mentais...".

A reforma agrária está amplamente garantida pela legislação brasileira, quer pela Constituição Federal, art. 184 a 191, quer pela legislação ordinária, Lei complementar nº 76/93, porém, na prática ela é inexistente. O que falta é vontade política.

Os trabalhadores rurais sem terra, cansados de esperar, estão organizando-se e exigindo seus direitos. Através das manifestações públicas eles querem levar aos centros urbanos suas reivindicações e sofrimentos, para pressionar o Governo na agilização da reforma agrária. O Governo, por sua vez, ignora os problemas dos trabalhadores rurais sem terra e manda a Polícia Militar reprimir as manifestações, inclusive ferindo gravemente vários trabalhadores.

Diante destes fatos graves, que atentam contra a dignidade do ser humano, estamos solicitando as vossas manifestações exigindo a agilização da reforma agrária e o fim da utilização dos instrumentos "aruega" e "saperinho" pela Polícia Militar do estado de Minas Gerais por atentatórios à dignidade do ser humano. Solicitamos ainda, que nos seja enviado uma cópia da manifestação, para nossos arquivos. Agradecemos por toda a atenção que a presente merecer, firmamos-nos, cordialmente.

Setor de Direitos Humanos do MST

1. Governo do Estado de Minas Gerais
Eduardo Brandão de Azeredo
Pça. da Liberdade
30140-908 - Belo Horizonte - MG
Fax 00 55 31 230 7501

2. Presidência da República
Fernando Henrique Cardoso
Palácio do Planalto
70160-900 - Brasília - DF
Fax 00 55 61 226 7566



Policial usa o "aurega" para enfrentar manifestantes do MST

PM utiliza 'armas' anti-sem-terra

MST substitui foice e enxada pela cruz

PAULO PEIXOTO
da Agência Folha

A oficina da Polícia Militar de Minas Gerais produziu dois "instrumentos de defesa" específicos para enfrentar manifestação dos sem-terra.

O "aruega" e o "sapezinho" servem para combater manifestantes "que empunham foices e enxadas", disse o major Carlos Garibaldi.

O "aruega" é um instrumento de ferro de quase dois metros, que tem na extremidade duas hastes em "V" que se mo-

vem como garras (já foi usado pela PM gaúcha em 91).

O "sapezinho" é um cabo de madeira com uma corrente de aproximadamente 1,5 m e uma esfera de ferro na ponta. Segundo o major, o "sapezinho" serve para "chicotear a ferramenta" dos manifestantes, que é presa quando a corrente se enrosca nas foices e enxadas.

Os sem-terra mineiros terminaram sua marcha (de 341 quilômetros) até Belo Horizonte, carregando uma cruz de madeira para protestar contra a apreensão de foices e enxadas.

Confronto entre sem-terra e PMs deixa 5 feridos

Segundo a polícia, houve resistência a ordem judicial que determinava a apreensão de ferramentas

Um confronto entre sem-terra que realizavam em Minas uma marcha pela reforma agrária e policiais militares deixou cinco feridos, ontem à tarde, às margens da BR-262, próximo de *Belo Horizonte*. Outras 15 pessoas foram presas e levadas para o Departamento de Operações Especiais da Polícia Civil (Deoesp), acusadas de resistir ao cumprimento de uma ordem judicial. Segundo o coronel José Guilherme do Couto, comandante de policiamento da capital, a ordem partiu do juiz Sidnei Alves Afonso, da 4ª Vara Criminal. O juiz determinou a apreensão de cerca de 50 foice, enxadas e facões dos sem-terra, antes que eles entrassem na área urbana de Belo Horizonte.

O grupo de sem-terra, formado por 400 homens, mulheres e crianças das regiões norte, nordeste e oeste do Estado, iniciou, há 15 dias, em Governador Valadares, região nordeste do Estado, uma marcha de cerca de 300 quilômetros rumo à capital mineira, integrando o protesto nacional Movimento pela Reforma Agrária e Pelo Emprego, coordenado pelo Movimento dos Sem-Terra (MST).

Na manhã de ontem, o grupo acampou próximo à cidade de Santa Luzia e foi impedido de prosseguir, por cerca de 150 PMs, caso os integrantes se negassem a entregar suas ferramentas.

— "Esses instrumentos de trabalho, nas cidades, são armas muito perigosas, usadas pelos sem-terra para intimidar e pressionar todos que se colocam em seu caminho", argumentou o coronel Couto, que solicitou, na segunda-feira, o mandado de apreensão à Justiça. Por volta das 14 horas, uma comissão de trabalhadores negociava com um representante da PM um "lugar neutro" onde as ferramentas pudessem ser deixadas. Antes que a conversa terminasse, segundo testemunhas, os policiais ini-

ciaram a ofensiva para apreender o material.

"Estávamos dispostos a entregar os instrumentos, desde que não ficassem em poder da PM, que não costuma devolver o que apreende, quando a violência começou", contou Erio Vonenberger, um dos líderes dos sem-terra. Os policiais invadiram o acampamento e encontraram resistência dos trabalhadores, incitados por representantes da CUT.

O ex-presidente e diretor da entidade em Minas Carlos Calazans, também secretário Nacional da CUT, foi atingido com diversos golpes de cacetete na cabeça. "Eles continuaram me batendo mesmo depois de ter-me algemado", disse. Também ficaram feridos com cortes e escoriações os trabalhadores Walter Ramos Pinheiro, Sebastião Moreira, Ivani Patrícia de Oliveira e o fotógrafo Carlos Roberto, do jornal *Hoje em Dia*, mordido por um cão da PM quando tentava registrar o confronto. Todos foram levados para o Pronto-Socorro do Hospital João XXIII e liberados no final da tarde.

Os 15 sem-terra presos, entre eles Vonenberger e uma mulher não-identificada, foram conduzidos para o Deoesp. Segundo o delegado Ricardo Augusto, eles seriam ouvidos ainda no início da noite e liberados em seguida. O coronel Couto negou que a PM tenha agido com excesso de violência.

Em *São Paulo*, cerca de mil trabalhadores sem-terra reuniram-se ontem na Ponte Anhangüera depois de caminhar por três dias pelas Rodovias Castelo Branco e Anhangüera. Hoje, os integrantes do MST devem se reunir ao meio-dia na frente do prédio do Museu de Arte de São Paulo (Masp), na Avenida Paulista, para dar continuidade, até a Praça da Sé, ao protesto pela reforma agrária.

Em *Mato Grosso*, o MST consolidou a invasão da Fazenda Santa Amélia, em Cáceres, a 215 quilômetros de Cuiabá. A fazenda de 3.500 hectares, de propriedade de Artur Sampaio, inicialmente ocupada por 1.500 famílias de trabalhadores rurais, recebeu ontem mais 200 famílias.



MMARCHA EM
SÃO PAULO
REÚNE MIL
TRABALHADORES